

A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO E OS RISCOS A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO: O PAPEL DO FARMACÊUTICO

Pablo Matheus de Lima¹
Fernando de Sousa Oliveira²

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, é possível verificar nos países industrializados, uma transição demográfica no sentido do envelhecimento da população (CRUZ et al., 2018). O processo de envelhecimento populacional, hoje uma realidade mundial, decorre da queda nas taxas de fecundidade e mortalidade, além do aumento da expectativa de vida (GARCIA et al., 2018). Com isso, é importante ressaltar que o envelhecimento é um processo que acarreta diversas mudanças fisiológicas no organismo, como mudanças na composição bioquímica dos tecidos, diminuição progressiva da capacidade fisiológica, reduzida capacidade de se adaptar a estímulos, aumento da susceptibilidade e vulnerabilidade a doenças e aumento do risco de morte (SECOLI et al., 2019).

Em geral, com o aumento da idade, ocorre prevalência de doenças crônicas, e consequentemente, maior consumo de medicamentos (IMAZU, 2019). Esses inúmeros fármacos, na maioria das vezes, tendem a ser de diferentes classes farmacológicas, a fim de tratar as variadas patologias e, muitas vezes, os idosos fazem isto de maneira equivocada, sem a orientação de um profissional de saúde (CONCEIÇÃO et al., 2019).

Nesse contexto, sabe-se que vários fatores contribuem para a ocorrência de polifarmácia entre idosos, como a presença concomitante de condições crônicas, atendimento por diversos médicos simultaneamente e automedicação (ROMANO et al., 2018). É importante ressaltar o último fator citado, pois é uma prática frequente em inúmeros grupos etários e em diferentes culturas, que retrata o princípio do próprio indivíduo selecionar e usar espontaneamente algum medicamento que considere adequado para resolver um problema de saúde (GAMA; SECOLI, 2017). A utilização de medicamentos sem prescrição é chamada de automedicação, enquanto o uso irracional se dá quando há a automedicação sem prescrição e sem acompanhamento do farmacêutico (FERREIRA; JÚNIOR, 2018).

A prática da automedicação é inapropriada e se tornou um hábito em grande parte da população, podendo gerar graves consequências, visto que a maioria dos indivíduos que utilizam medicamentos sem prescrição tem pouco ou nenhum conhecimento sobre suas indicações e contraindicações, advertências, interações medicamentosas (IM) e reações adversas a medicamentos (RAM) (BISPO et al., 2018).

Nesse contexto, a automedicação pode se dividir em dois aspectos: o primeiro se caracteriza pelo usuário não acompanhado formalmente, em que o idoso não conhece sua real condição clínica e a existência de alguma doença; com isso, o medicamento é selecionado por conta própria, julgando ser o adequado para a doença. No segundo aspecto, pode-se notar uma redução da acuidade visual, o que implica em consequências, como: a não compreensão das informações do rótulo do medicamento e dificuldade na leitura da bula, o que acarreta automedicação de forma equívoca (SECOLI et al., 2019).

¹Graduando do Curso de Farmácia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, pabloomatheuspml64@gmail.com;

²Professor Orientador Doutor, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, fernandoufcg@hotmail.com;

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são de uso seguro e eficácia comprovada por estudos, mas como qualquer outro medicamento, quando utilizados de forma incorreta, podem ocasionar riscos à saúde. Esses medicamentos são indicados para doenças de alta incidência e de baixa gravidade. A venda de medicamentos de tarja vermelha que deveriam ser vendidos somente sob prescrição médica ou odontológica, faz com que esses índices aumentem, pois na aquisição desses medicamentos, não é obrigatória a apresentação da receita no momento da aquisição (SOTERIO; SANTOS, 2016).

No entanto, o aumento da disponibilidade e a facilidade de acesso aos MIPs fazem com que a polifarmácia, o índice de automedicação, os danos causados pelo uso irracional, como também as IMs aumentem, dessa forma, constituindo um problema de saúde pública, por ocasionar iatrogenia e RAM (MANSO, 2015; SOTERIO; SANTOS, 2016).

O acompanhamento farmacoterapêutico é um instrumento utilizado para a prática da Atenção Farmacêutica. Nesse processo, o farmacêutico se responsabiliza pelas necessidades do paciente relacionadas ao uso de medicamentos mediante a detecção, prevenção e resolução de problemas relacionados aos medicamentos (PRM). Esse acompanhamento se dá de forma continuada, sistematizada e documentada, em colaboração com o próprio paciente e com a equipe multidisciplinar, para alcançar resultados concretos que contribuam com a melhor qualidade de vida do paciente (LIMA et al., 2016). Diante disso, a atuação do profissional farmacêutico se torna indispensável para minimizar os riscos da prática de automedicação, buscando incentivar uma farmacoterapia racional, respeitando os parâmetros farmacológicos da prescrição de acordo com a necessidade de cada paciente, visando à adesão e sucesso no tratamento, aumentando a qualidade e expectativa de vida do idoso.

O interesse pela realização desse estudo justifica-se pelo crescimento avançado do envelhecimento populacional e da tendência da automedicação, visto que esse fator é alarmante no Brasil. É de extrema importância para o campo da saúde pública, alertar sobre essa temática, sendo necessária a elaboração e disseminação de estudos que incentivem o profissional farmacêutico a atuar de forma diretamente participativa na farmacoterapia do idoso, levando a estratégias que avancem na qualidade e eficácia do tratamento, de modo que o aprimoramento da prescrição, dispensação e utilização de fármacos deve constituir prioridade nos programas de atenção ao idoso.

Frente ao exposto, o objetivo desse estudo é revisar na literatura os riscos da automedicação, o uso irracional de medicamentos e, ainda, demonstrar a importância do profissional farmacêutico no combate a essas práticas no cotidiano do idoso. Além disso, destacar intervenções farmacêuticas que visem o uso racional de medicamentos e contribuam para o sucesso farmacoterapêutico da população geriátrica, visando a sua qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica. Para tanto, foram seguidas as seguintes etapas: 1ª) Elaboração das perguntas norteadoras; 2ª) Busca ou amostragem na literatura; 3ª) Coleta de dados; 4ª) Análise crítica dos estudos incluídos; 5ª) Discussão dos resultados e 6ª) Apresentação da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para o levantamento do material, foram utilizadas as bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed, no período de 2015 a 2020. Para a pesquisa, nestas fontes, utilizaram-se os seguintes descritores em ciência da saúde (DeCS): “Hábitos de consumo de medicamentos”; “Uso de medicamentos sem prescrição”; “Envelhecimento populacional”;

“Saúde do idoso” e “Assistência farmacêutica ao idoso”, bem como suas combinações e tradução para o inglês.

Para nortear o estudo foram utilizados os seguintes questionamentos: Qual a relação entre o envelhecimento e o alto consumo de medicamento sem orientação de um profissional de saúde? Quais os problemas que a automedicação podem ocasionar no idoso? Como o farmacêutico pode interferir quanto ao uso irracional de medicamentos pela população idosa?

A coleta dos artigos foi realizada em setembro de 2020. Consultou-se 60 artigos, resultando na utilização de 14 referências. Foram incluídos nesta revisão: artigos que estivessem disponíveis na íntegra e de forma gratuita; produções publicadas nos idiomas português, inglês e espanhol; artigos que apresentassem a relação entre envelhecimento e automedicação e também artigos que identificassem o papel do farmacêutico diante do tema abordado. Para os critérios de exclusão: não está publicado entre os anos estabelecidos, não apresentar tema relacionado ao envelhecimento, não responderem à pergunta norteadora deste estudo e publicações repetidas nas bases de dados. Após elencar os materiais adequados, as informações foram analisadas e os resultados discutidos com vistas ao alcance do objetivo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Organização Panamericana de Saúde, boa parte dos países, independentemente de seu grau de desenvolvimento, precisa de meios para assegurar o uso racional e custo-efetividade dos medicamentos (SOTERIO; SANTOS, 2016). O medicamento é um importante instrumento da manutenção e recuperação da saúde dos idosos. O envelhecimento é uma fase complexa e abrange muitas perspectivas, como perda de funções, diminuição da autonomia e maior morbidade. A avaliação da farmacoterapia torna-se indispensável neste contexto, no qual o aprimoramento da prescrição, dispensação e utilização de fármacos deve constituir prioridade nos programas de atenção ao idoso, visando sempre a qualidade de vida do paciente (LUTZ; MIRANDA; BERTOLDI, 2017). Nesse sentido, os farmacêuticos podem desempenhar um papel-chave no atendimento das necessidades do indivíduo, da sociedade, e em especial, do idoso (SOTERIO; SANTOS, 2016).

É importante frisar que a automedicação é uma prática comum na sociedade brasileira, em que a população leiga busca otimizar o processo saúde-doença que, de maneira demasiada, pode gerar danos gravíssimos à saúde populacional. Destaca-se que a partir do que foi exposto por uma pesquisa elaborada por Bispo et al. (2018), 170 dos entrevistados informaram que compram medicamentos sem prescrição médica, o que corresponde a 94%. Dentre esses medicamentos, os que mais se destacaram foi a dipirona sódica (18%), paracetamol (16%) e ácido acetilsalicílico (13%). Portanto, apesar de dipirona e paracetamol, por exemplo, serem considerados seguros para os idosos, esses medicamentos não estão isentos de riscos quando utilizados de forma indiscriminada e sem orientação de um profissional de saúde, sendo fundamental o papel estratégico do profissional farmacêutico nessa prática perigosa, visando prevenir erros relacionados ao uso desses medicamentos, como também salvando vidas.

De acordo com dados obtidos pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), por meio do Instituto Datafolha, constatou que a automedicação é um hábito comum a 77% dos brasileiros que fizeram uso de medicamentos nos últimos seis meses. Quase metade (47%) se automedica pelo menos uma vez por mês, e um quarto (25%) o faz todo dia ou pelo menos uma vez por semana. O estudo detectou ainda uma modalidade diferente de automedicação, a partir de medicamentos prescritos. Nesse caso, o indivíduo passou pelo

profissional da saúde, tem um diagnóstico, recebeu uma receita, mas não usa o medicamento conforme orientado, alterando a dose receitada. Visto isso, é relevante ressaltar que esses dados alarmantes devem ser analisados, pois o uso de medicamentos de forma irracional, sem orientação de um profissional farmacêutico pode ocasionar diversos pontos negativos para a saúde da população, principalmente a idosa, tendo em vista que os medicamentos são uma das principais causas de intoxicação no país, sendo importante orientar o idoso quanto ao uso de medicamento sem e com prescrição.

Lima et al. (2016), analisaram a importância do acompanhamento farmacoterapêutico em pacientes idosos de uma farmácia popular. Na amostra estudada (n=10), a idade variou de 68 a 81 anos, com prevalência de mulheres, corroborando com outros estudos, nos quais houve predominância de idosas. Dos entrevistados, 20% afirmaram que possuíam cuidadores, número muito baixo, tendo em vista que o auxílio de familiares ou cuidadores no tratamento medicamentoso contribui, principalmente, com a adesão dos idosos. Foi verificado que a maioria dos idosos apresentavam ensino fundamental incompleto, seguido por médio incompleto e não alfabetizado, fator esse que acarreta dificuldades para a população na leitura e interpretação das informações sobre os medicamentos, com risco de uso incorreto e potenciais agravos. Durante o acompanhamento farmacoterapêutico dos idosos avaliados, foram identificados 20 PRMs, como os relacionados à efetividade com risco para a ocorrência de IM, a segurança com probabilidade de RAM e baixa adesão ao tratamento farmacológico. Portanto, a avaliação da adesão ao tratamento medicamentoso, neste estudo, demonstrou que 70% dos idosos não aderiram ao esquema farmacoterapêutico, no entanto, torna-se evidente que a participação do farmacêutico na farmacoterapia demonstra resultados positivos relacionados à farmacoeconomia, otimização da terapia farmacológica, prevenção e solução de PRMs e benefícios na adesão ao tratamento, por meio de técnicas de Assistência Farmacêutica e seguimento farmacoterapêutico.

Garcia et al. (2018), avaliaram o uso de medicamentos e a adesão ao tratamento entre idosos e não idosos participantes da Universidade do Envelhecer. Dentre estes, 81,9% eram mulheres. Dando ênfase aos resultados com idosos, foi observado que 22,9% deles informaram realizar automedicação, e 45,8% se automedicaram irracionalmente durante o período estudado. A baixa escolaridade pode ser um dos fatores que interfere no autocuidado, no qual idosos mais escolarizados tendem a compreender melhor as informações explicadas pelos profissionais da saúde, além da importância relacionada ao uso racional de medicamentos.

Oliveira et al. (2018), descreveram o perfil dos medicamentos mais utilizados na automedicação por idosos. O questionário foi disponibilizado a 170 idosos, no qual 85,9% eram mulheres com idade média de 76 anos. A prevalência de automedicação foi de 80,5%. Os medicamentos mais utilizados para a automedicação foram os relaxantes musculares, analgésicos e antipiréticos, além dos anti-inflamatórios não esteroidais, antirreumáticos e medicamentos voltados a doenças respiratórias. Medicamentos que foram utilizados por automedicação em idosos podem contribuir significativamente para a ocorrência de quedas devido aos seus efeitos adversos, devido ao comprometimento do equilíbrio e da coordenação, confusão mental, prejuízo das habilidades cognitivas, sedação e hipotensão ortostática, aumentando o risco de fraturas e reduzindo a qualidade de vida dos idosos. A utilização elevada de medicamentos potencialmente inapropriados por automedicação é preocupante, pois seus efeitos adversos superam os benefícios. É importante evitar o uso destes medicamentos por automedicação, para manter a qualidade de vida dos idosos, preservar a funcionalidade e reduzir os riscos de eventos adversos.

Um dos principais fatores que elevam o número da automedicação é o fato de o idoso morar sozinho. Na maior parte das vezes, o próprio idoso é o único responsável pelo o seu cuidado e se considera apto a selecionar o medicamento adequado para a solução dos

problemas de saúde quando considerados como pequenos (SECOLI et al., 2019). Uma das consequências da automedicação é a ocorrência de IM, e normalmente os idosos costumam utilizar mais de um medicamento para o tratamento de suas patologias, fazendo com que os riscos de IM aumentem. No artigo de Secoli et al. (2019), observa-se que uma pesquisa em que 19% dos idosos praticavam automedicação com MIPs, sendo descrita a dificuldade de entender a informação do rótulo. Além disso, 12% conseguem ler tais informações, mesmo assim, o farmacêutico é essencial nesse momento da dispensação do medicamento, orientando o uso e suas devidas recomendações, no intuito de evitar esses tipos de dificuldades para com o paciente idoso.

Barros et al. (2019) destacam que alguns pacientes abandonam o tratamento quando se sentem melhores e se automedicam quando passam por outra doença similar à anterior. Antibióticos são os medicamentos mais utilizados por idosos, assim como na população geral. Portanto, no geral, a atribuição dos profissionais de saúde que assistem ao idoso é “aprender” a lidar com as limitações decorrentes da senescência, capacitar e aconselhar os cuidadores para o estabelecimento de uma parceria, adotar esquemas terapêuticos simples e, finalmente, maximizar a eficiência terapêutica do medicamento, minimizando o surgimento de eventos adversos, sendo o farmacêutico um profissional de fundamental importância para desempenhar esse papel que deve ser bem elaborado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi realizar uma pesquisa acerca da importância da atuação do profissional farmacêutico diante dos cuidados aos pacientes idosos que se automedicam, enfatizando os riscos dessa prática e o uso irracional de medicamentos. Diante disso, foi possível observar que os farmacêuticos são profissionais essenciais diante de uma equipe multiprofissional, pois permite um elo entre o doente que utiliza os medicamentos, orientando e conscientizando quanto ao uso correto, e o médico que os prescreve.

Cabe ao farmacêutico estabelecer os critérios para a seleção dos pacientes que terão os perfis farmacoterapêuticos elaborados e a terapia farmacológica devidamente acompanhada. Pacientes idosos se encaixam nesse perfil, sendo o acompanhamento farmacoterapêutico de grande importância nessa faixa etária. A realização do acompanhamento farmacoterapêutico coloca o farmacêutico mais próximo ao paciente visando sua melhor qualidade de vida. A ocorrência de PRMs em idosos, reforça a importância da atuação do farmacêutico nesse seguimento para melhorar a farmacoterapia, preservar a segurança do paciente, e garantir o uso racional de medicamentos.

Nesse trabalho, foi possível também observar que a automedicação requer atenção especial em idosos, pois essa faixa etária apresenta maiores riscos de IM, com um possível aumento de RAMs, podendo assim, apresentar complicações, principalmente devido às alterações típicas do processo de envelhecimento. Ações interdisciplinares são importantes, por apresentarem potencial de contribuição para o uso racional de medicamentos. Em consequência, estratégias focadas na atenção à saúde podem ser benéficas para a melhoria da qualidade de vida da população idosa.

Em suma, estratégias e intervenções para limitar o uso indevido de medicamentos devem ser adotadas, como também a promoção do uso racional de medicamentos por profissionais de saúde deve ser utilizada como estratégia para educar a população idosa e, consequentemente, reduzir possíveis problemas relacionados ao uso não orientado de medicamentos, visto que esses insumos farmacêuticos são um bem essencial à saúde e possui papel significativo na melhoria da qualidade e expectativa de vida da população, no entanto o seu uso inadequado pode gerar consequências para o indivíduo, para a sociedade e para os

sistemas de saúde, caracterizando-se como um problema global e de interesse para a saúde pública.

Palavras-chave: Automedicação, Idoso, Uso Racional de Medicamentos, Assistência Farmacêutica.

REFERÊNCIAS

BARROS, G. A. M. et al. Uso de analgésicos e o risco da automedicação em amostra de população urbana: estudo transversal. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 69, n. 6, p. 529-536, 2019. [acesso em 22 de set. de 2020]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003470942019000600529&lng=en&nrm=iso

BISPO, N. S. et al. Automedicação: solução ou problema? **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 16, 2018. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/4899/3484>

FERREIRA, R. L.; TERRA JÚNIOR, A. T. Estudo sobre a automedicação, o uso irracional de medicamentos e o papel do farmacêutico na sua prevenção. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 9, n. edesp, p. 570-576, 2018. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/rcf.v9iedesp.617>

GAMA, A. S. M.; SECOLI, S. R. Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas - Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 1, p. e65111, 2017. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.01.65111>

GARCIA, A. L. F. et al. Automedicação e adesão ao tratamento medicamentoso: avaliação dos participantes do programa da Universidade do Envelhecer. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 21, n. 6, p. 691-700. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.180106>

REZENDE, J. A.; GIROTTO, E. Riscos de polimedicação em idosos: uma revisão. **Revista Uningá**, v. 56, n. 1, p. 66-76, 2019. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/2141>

LIMA, T. A. M. et al. Acompanhamento farmacoterapêutico em idosos. **Arquivos de Ciências da Saúde**, v. 23, n. 1, p. 52-57, 2016. [acesso em 2 de set. de 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.17696/2318-3691.23.1.2016.229>

LUTZ, B. H.; MIRANDA, V. I. A.; BERTOLDI, A. D. Medicamentos potencialmente inapropriados entre idosos de Pelotas, RS. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 52, 2017. [acesso em 03 de set. de 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006556>

MANSO, M. E. G.; BIFFI, E. C. A.; GERARDI, T. J. Prescrição inadequada de medicamentos a idosos portadores de doenças crônicas em um plano de saúde no município de São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 18, n. 1, p. 151-164, 2015. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18099823.2015.14056>>

OLIVEIRA, S. B. V. et al. Perfil dos medicamentos usados para automedicação por idosos atendidos em um centro de referência. **Einstein (São Paulo)**, v. 16, n. 4, p. eAO4372, 2018. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2018ao4372>

PEREIRA, M. D. et al. Envelhecimento populacional com foco no uso racional de medicamentos: o papel do farmacêutico. **Revista InterSaúde**, v. 1, n. 1, p. 37-46, 2019. [acesso em 3 de set. de 2020]. Disponível em: http://revista.fundacaojau.edu.br:8078/journal/index.php/revista_intersaude/article/view/109
≥

ROMANO-LIEBER, N. S. et al. Sobrevida de idosos e exposição à polifarmácia no município de São Paulo: Estudo SABE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, supl. 2, p. e180006, 2018. [acesso em 02 de set. de 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180006.supl.2>>

SECOLI, S. R. et al. Tendência da prática de automedicação entre idosos brasileiros entre 2006 e 2010: estudo SABE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, supl. 2, p. e180007, 2018. [acesso em 03 de set. de 2020]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180007.supl.2>>

SINITOX. Sistema Nacional de Informações tóxicos-farmacológicas. **Quase metade dos brasileiros que usaram medicamentos nos últimos seis meses se automedicou até uma vez por mês**. 2019. [acesso em 03 de set. de 2020] Disponível em: <https://sinitox.icict.fiocruz.br/quase-metade-dos-brasileiros-que-usaram-medicamentos-nos-%C3%BAltimos-seis-meses-se-automedicou-at%C3%A9-uma>>

SOTERIO, K.; DOS SANTOS, M. A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. **Revista da Graduação**, v. 9, n. 2, 2016. [acesso em 3 de set. de 2020]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/25673>>

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. [acesso em 01 de set. de 2020]. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102>